

PUBLICIDADE LEGAL

ChocoPáscoa deve render R\$ 350 milhões

Valor é calculado a partir de um gasto diário de R\$ 500,00 por visitante durante evento realizado na cidade de Gramado

/TURISMO

Maria Amélia Vargas

mavargas@jcrs.com.br

Gramado prevê movimentar mais de R\$ 350 milhões durante a ChocoPáscoa, que começa nesta quinta-feira e segue até 12 de abril. Com mais de 100 atrações artísticas e culturais, a expectativa da cidade é a de receber cerca de 700 mil pessoas durante o mês. Esse valor, segundo o secretário de Turismo de Gramado, Ricardo Bertolucci Reginato, é calculado a partir de um gasto diário de R\$ 500 por visitante. Mas a prefeitura está otimista para superar o alcance pré-enchente.

“Para se ter uma ideia, a gente estimava gerar cerca de R\$ 600 milhões no Natal Luz e chegamos na casa dos bilhões. Não é à toa que 80% da economia do nosso município provém do turismo”, destaca o secretário.

Para atrair os visitantes, a administração municipal aposta na diversidade de atrativos, cujo ponto alto são os desfiles que ocorrem na avenida Borges de Medeiros e na Praça das Etnias, onde será instalada a Vila de Páscoa e a Casa do Pascoalino.

Além disso, será realizado também o Salão do Chocolate Artesanal, na Rua Coberta, que envolverá desde oficinas gastronômicas (em parceria com o Senac) até a

apresentação da história completa do cacau.

Ponto forte da economia local, a venda de chocolate artesanal também ganha destaque nessa época. De acordo com a Associação dos Chocolateiros de Gramado (Achoco), a produção passou de 700 toneladas, em 2025, para 840 toneladas em 2026. Com 28 fábricas e mais de 3 mil pessoas empregadas direta ou indiretamente no setor, Gramado ostenta o título de Capital Nacional do Chocolate Artesanal.

A Prawer, por exemplo, projeta um crescimento de 25% na produção da linha sazonal em comparação ao ano anterior, impulsionada pela alta demanda e pela ampliação de mercados. Para atingir esse crescimento, explica o gerente de Marketing da empresa, Rafael Sager, a fabricante tem uma estratégia de eficiência ao longo do ano.

“No ano passado, a nossa linha exclusiva para a data acabou se esgotando nas lojas antes do final de semana de Páscoa. Então, a gente teve que ampliar a produção, porque também estamos com uma grande procura também do mercado B2B. Mas conseguimos nos organizar internamente para isso, pois a gente vende chocolate o ano inteiro, diferentemente de outras empresas que fazem produtos específicos para Páscoa e Natal”, salienta Sager.



Decoração especial de Páscoa toma conta das ruas da cidade entre os dias 12 de março e 12 de abril

Um dos termômetros para o prognóstico positivo da secretaria de Turismo é a ocupação dos hotéis. Somente na Laghetto, no fim de semana anterior ao início do evento, dos 1,9 mil apartamentos que a rede dispõe em Gramado e Canela, havia menos de 400 disponíveis para a data.

Na avaliação da gestora nacional de vendas do grupo, Carina Santos, a conjectura está melhor do que no Carnaval, quando

a Serra disputou a preferência de destino com o Litoral. Para ela, um dos motivos para a grande procura do público pelos 15 empreendimentos que o grupo possui em Gramado e Canela é a flexibilização dos preços.

“Nós trabalhamos com tarifas flutuantes, sempre temos o tarifário aberto para daqui um ano. Então, quem buscar Natal Luz, quem buscar Carnaval do ano que vem, já vai encontrar os nossos hotéis com disponibilidade. Quem compra antes, compra melhor, e essa é a nossa metodologia”, explica Carina.

Outro elemento desta equação é a gastronomia da cidade. O Grupo JPLP - formado pelo Mamma Mia, Cinema Paradiso, El Fuego e Neni - projeta incremento para o mês da Páscoa. “A nossa expectativa é grande, pois é o primeiro grande feriado do ano para a Serra. Todas as casas se preparam e, às vezes, precisamos aumentar o número de colaboradores para atender à demanda”, afirma a Relações Públicas do grupo, Fabiana Costa.

Entre as novidades da ChocoPáscoa deste ano está a competição de Beach Tennis. No primeiro fim de semana, de 13 a 15 de março, haverá torneio de duplas, na Arena Curta Beach Sports. Ou-

tra atração esportiva consagrada é a Corrida do Coelho, que será realizada no sábado, 4 de abril, com circuitos de 5 e 10 quilômetros, além de caminhada e corridas infantis.

Dentro desta programação, os espaços de entretenimento oferecidos pela cidade também participam e ampliam a sua divulgação. É o caso do Space Adventure, que participará da festa com a presença dos seus personagens Quinho e o cãozinho-robô. Com isso, a perspectiva do espaço licenciado pela Nasa é superar o público de 2023, ano em que a atração foi inaugurada em Canela. “Estamos muito felizes em participar oficialmente da ChocoPáscoa, um evento que destaca a serra gaúcha no calendário do turismo nacional”, enfatiza o diretor executivo do Space Adventure, Marcelo Rosito.

No mesmo sentido, a Brouker Turismo acredita na ampliação da procura de turistas para fazer o passeio no Chocobus, que circula por lojas de marcas renomadas e apresenta o processo de produção artesanal e a história do chocolate na região. No Bustour, city tour oficial de Gramado e Canela, a empresa calcula a circulação de cerca de 5 mil turistas durante o período.



O clima do município reflete a ideia da festa, com muitos ovos e cores



Prefeitura Municipal de Farroupilha

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026

Objeto: Registro de preços de brinquedos recreativos para instalação em praças e parques públicos para eventual e futura aquisição.

Data da sessão: 26/03/2026 às 08h30min.

Maiores informações através do telefone (54) 2131-5302 ou no site: www.farroupilha.rs.gov.br.



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 03/90003/2026: Contratação de serviço de telefonia móvel pessoal com fornecimento de aparelhos Smartphones e Tablets, em regime de comodato, e de simcard M2M para rastreamento de veículos. Recebimento de propostas até às 11h do dia 25/03/2026, através do Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras). O Edital e maiores informações poderão ser obtidos na Coordenadoria de Licitações e Contratos, sita na Av. Praia de Belas, nº 1.100, prédio administrativo, 6º andar, ala norte, em Porto Alegre/RS, telefone (51)3255-2226, das 10h às 18h, ou nos sítios www.trt4.jus.br e www.gov.br/compras/digital/80014-5-90003-2026.

KARINA DURIGON
Coordenadora de Licitações e Contratos



SINDICATO DOS EMPREGADOS DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SECOC/RS, CNPJ nº 09.226.155/0001-15, com sede na Av. Borges de Medeiros, 340, salas 111 e 112, Centro, em Porto Alegre, RS, com base territorial no Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONVOCA todos os empregados da Cooperativa de Crédito Sicoob Confiança - SICOOB CONFIANÇA; Cooperativa de Crédito Sicoob Credicapital - SICOOB CREDICAPITAL; Cooperativa de Crédito da Região Meridional do Brasil - SICOOB UNICOOB MERIDIONAL; Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Três Fronteiras - SICOOB TRÊS FROTEIRAS e Cooperativa de Crédito Sicoob Vale Sul - SICOOB VALE SUL, com atuação no Estado do Rio Grande do Sul, filiadas à CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO UNICOOB - SICOOB UNICOOB, empregados estes integrantes da categoria profissional dos empregados em cooperativas de crédito de qualquer natureza, singulares e centrais, bem como os empregados em federações e confederações de cooperativas de crédito, para Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada por meio virtual, a realizar-se no dia 16 de março de 2026 (segunda-feira), às 15:30h, em primeira chamada e às 16:00h, em segunda chamada, com qualquer número de presentes, com deliberação da pauta abaixo: 1) Apresentação, discussão e aprovação da pauta de reivindicação dos trabalhadores para a Campanha Salarial 2026, a ser enviada à categoria econômica; 2) Deliberar sobre a concessão de poderes ao Presidente e/ou a membros da Diretoria e procuradores para firmar acordos e/ou convenções coletivas para os trabalhadores da categoria profissional; 3) Autorização, caso malogrem as negociações, para ajuizar os competentes dissídios coletivos de trabalho; 4) Deliberar sobre o estabelecimento de formas de sustentação da entidade, inclusive sobre a contribuição sindical; 5) Deliberar sobre contribuição assistencial/negocial, a ser descontada de todos os integrantes da categoria profissional beneficiados pelos instrumentos coletivos a serem firmados, em favor da entidade sindical, sendo que os não associados poderão formalizar oposição ao desconto, perante a entidade sindical, no prazo de oito dias úteis após a publicação do resultado destas assembleias; 6) Outros assuntos de interesse da categoria profissional.

Visando organizar a participação dos empregados na Assembleia, os associados e contribuintes (assistencial e negocial) da entidade sindical que estejam com suas informações cadastrais devidamente corretas e atualizadas, serão automaticamente inscritos, devendo acessar o link que será enviado aos mesmos. Os demais interessados em participar deverão preencher formulário disponível no Google Forms, cujo link de acesso será enviado juntamente com este edital para divulgação pela Cooperativa. Os dados solicitados são imprescindíveis para a inscrição do empregado. O acesso à votação da proposta se dará de forma individualizada pelos empregados, através do nº do seu CPF. O link para votação estará disponível por 72h a partir da data da realização da AGE. Estes procedimentos estarão acessíveis através de navegador ou aplicativo de smartphone compatível com os sistemas IOS e Android, PC ou notebook. O SECOC/RS está comprometido com a proteção de dados pessoais e está em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/18) e outras normas aplicáveis à privacidade e proteção de dados pessoais. Os dados são mantidos em nossos bancos de dados conforme o período estabelecido em nossa Política de Retenção de Dados e serão compartilhados apenas em situações permitidas por lei. O empregado pode solicitar esclarecimentos sobre seus direitos a qualquer momento, através do canal de comunicação do nosso Encarregado pela Proteção de Dados: dpd.secocrs@tsradvogados.adv.br.

Porto Alegre/RS, 09 de março de 2026. Everton Rodrigo de Brito - Presidente



MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO SUL/RS

RETIFICAÇÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 –REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/2026. O Prefeito Municipal de São Domingos do Sul/RS, torna público a retificação de edital de licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 001/2026, de critério de julgamento de menor preço por item. Data da Sessão: 23 de março de 2026: 09:00 horas. Endereço eletrônico: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>. Objeto: AQUISIÇÃO DE PEDRAS DE MURO DE BASALTO. O edital de retificação encontra-se disponível na Prefeitura Municipal de São Domingos do Sul e no site: www.saodomingosdosul.rs.gov.br. Maiores informações na Prefeitura Municipal, Rua Eduardo Cerbaro, nº 88, na cidade de São Domingos do Sul, ou pelo fone: (54) 3349–1122. Jonas Tibola. Prefeito Municipal.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO SESSÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

No uso das atribuições que me conferem os Estatutos Sociais vigentes e as leis em vigor, convoco os integrantes da categoria dos Despatchantes Aduaneiros do Estado do Rio Grande do Sul, para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 24 de março de 2026, às 09h:00min em primeira convocação e às 09h:30min em segunda e última convocação. A Assembleia será realizada em meio virtual, sob a forma de videoconferência, consoante autorizado pela Lei 14.010/2020, através do aplicativo MICROSOFT TEAMS, e tem por objetivo tratar da seguinte Ordem do Dia:

- 1) Apresentação e votação do Relatório e Demonstrações Financeiras do Exercício de 2025;

O acesso à Assembleia deverá se dar através de link que será encaminhado por e-mail para o interessado em participar da mesma. O interessado deverá fazer contato até o horário da abertura dos trabalhos através do seguinte e-mail da entidade: carlos@sdaergs.com.br ou através do telefone: 51.3228.2563.

Porto Alegre, 09 de março de 2026.
Marcelo Clark Alves
Presidente



SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO, OURO, CALCÁRIO, CAL E BARRO DA REGIÃO CENTRO-SUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CNPJ 96.921.986/0001-01

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

No uso de duas atribuições legais e estatutárias, o presidente em exercício do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores nas Indústrias de Extração de Carvão, Ouro, Calcário, Cal e Barro da Região Centro Sul do Estado do Rio Grande do Sul, abaixo assinado, CONVOCA todos os trabalhadores pertencentes à categoria, associados ou não, empregados da Companhia Riograndense de Mineração – CRM – para Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se na Rua Botafogo, 610, Menino Deus, em Porto Alegre, às 10h00min, em primeira convocação e às 10h30min em segunda e última convocação. No mesmo dia 12/03/2026, na Rua Estevan Wisniewski, 713, Centro em Minas do Leão às 14h00min, em primeira convocação e às 14h30min em segunda e última convocação, com qualquer número de trabalhadores presentes, todas com os devidos quóruns legais, para examinar, discutir e deliberar a seguinte ORDEM DO DIA:

1. Retirada de proposições de acordo coletivo de trabalho, para o período de 01/05/2026 a 30/04/2027;
2. Autorização para mediação, instaurar dissídio e firmar acordo;

Minas do Leão, 09 de março de 2026.
Adão Carlos Oliveira Flores da Cunha
Presidente



SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO, OURO, CALCÁRIO, CAL E BARRO DA REGIÃO CENTRO-SUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CNPJ 96.921.986/0001-01

CONVOCAÇÃO

No uso de suas atribuições legais e estatutárias, o Presidente do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores nas Indústrias de Extração de carvão, Ouro, Calcário, Cal e Barro da Região Centro Sul do Estado do RS, abaixo assinado CONVOCA todos os trabalhadores associados ao sindicato profissional a participarem de assembleia geral extraordinária para instauração do processo eleitoral, pálio no art. 22, 'b', e 39, ambos do Estatuto, a ser realizada no dia 23/03/2026 (segunda-feira), na sede do sindicato dos mineiros, Av. Leandro de Almeida, 254, Centro, Butiá/RS, às 16:00, em primeira convocação e, às 16:30, em segunda convocação, com o quórum previsto no Estatuto, para discutir a seguinte ordem do dia:

1 – *Instauração do processo eleitoral, com definição da mesa, formação da comissão eleitoral, data e duração da votação, assim como definição sobre urnas e horário da mesa.*

Minas do Leão/RS, 09 de março de 2026.
Adão Carlos Oliveira Flores da Cunha
Presidente do Sindicato Intermunicipal Dos Trabalhadores Nas Indústrias de Extração de Carvão, Ouro, Calcário, Cal e Barro da Região Central Sul do RS

Fundos têm captação líquida de R\$ 48,5 bi em fevereiro

A indústria de fundos registrou captação líquida de R\$ 48,5 bilhões em fevereiro, conforme dados divulgados ontem pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). No acumulado do ano, as entradas líquidas já somam R\$ 134,3 bilhões. O patrimônio líquido (PL) da indústria é de R\$ 10,9 trilhões.

Os fundos de renda fixa lideraram o resultado de fevereiro, com captação líquida de R\$ 55,6 bilhões, ligeiramente abaixo dos R\$ 58,5 bilhões registrados em janeiro. O destaque ficou para os fundos do tipo renda fixa duração baixa soberano (que investem 100% em títulos públicos federais), responsáveis por entradas líquidas de R\$ 18,1 bilhões.

Os ETFs também apresentaram desempenho positivo, com captação líquida de R\$ 5,8 bilhões, valor que supera com folga os R\$ 3,3 bilhões registrados em janeiro. Os ETFs de renda fixa responderam pela maior parte do resultado, com entradas líquidas de R\$ 5 bilhões, enquanto os ETFs de renda variável registraram captação de R\$ 753,9 milhões. Esses fundos vêm se destacando desde 2025, quando atingiram o recorde de R\$ 23,1 bilhões em captação líquida - o maior valor desde o início da série histórica da Anbima, que começa em 2004.

Jornal do Comércio

NO SEU TEMPO NO SEU ALCANCE

CONTEÚDO, ANÁLISES E PODCASTS



Baixe o App e conecte-se à informação com apenas um clique!

Prefeitura Municipal de Jaquirana

Termo de Adesão – PAR/2025

A Prefeitura Municipal torna público o plano de aplicação dos recursos oriundos da Política Nacional Aldir Blanc - PAR/PNAB, cfe. Lei nº 14.399/2022, e Plano de Ação registrado sob o n.º 30882120250002-022469 na plataforma TRANSFEREGOV. A destinação e aplicação dos recursos remetidos ao município, foi definido através de reunião pública realizada com o Conselho Municipal de Cultura em Audiência pública, em 15/07/2025 prévia e amplamente divulgada na comunidade. Formulário com definição do PAR tem seu registro no código: #6IMLPZGDJ3NET Tipo: Anual Gerado em: 29/12/2025 às 21:44, e foi estabelecido por dotação orçamentária vigente no valor total de R\$ 178.639,88, o valor é dividido por 4 ciclos anuais, para o exercício de 2026 o valor será de R\$ 42.427,00.

Maria Isabel Rauber Turella, Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Tupandi

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de um veículo novo, zero quilômetro, para a Secretaria Municipal da Administração conforme descrição nos anexos do Edital. Os recursos para cobertura dos gastos da presente aquisição são oriundos de Transferência Especial do Deputado Federal MAURÍCIO MARCON, através da Emenda Parlamentar nº 202544280004, Plano de Ação: 09032025-085197/2025. Abertura dia 24/03/2026, às 09h00min, no <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>. Edital disponível no Site: www.tupandi.rs.gov.br. Informações complementares pelo telefone (51) 3635-8040.

Paulinho Ludwig, Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE VALE REAL

RETIFICAÇÃO

O Município de Vale Real comunica que foi **RETIFICADO** o Edital 007 – **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 001/2026** – construção de ponte de concreto armado, conforme abaixo descrito: **a)** Alterada a descrição do Item 05 da plataforma da concorrência eletrônica; **b)** Incluído Item 82 na plataforma(referência Item 4.1.3 da planilha orçamentária); **c)** Alterada a data da sessão para o dia 27 de março de 2026, às 09:00 horas. **d)** As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Vale Real, 09 de março de 2026.

MARCELO ANTONIO BETTEGA

Prefeito Municipal

ANUNCIE NO JC

WHATSAPP: (51) 3213-1342

Email: comercial@jornaldocomercio.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI

AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência Eletrônica nº 002/2026

Objeto: Contratação de empresa, pelo regime de empreitada global (fornecimento de material e mão de obra), para execução de obra de pavimentação em bloco de concreto, drenagem pluvial e sinalização viária da Estrada Municipal Antônio C. Marques Pereira (TK 35), no Rincão São José, neste município de Taquari/RS. **Recurso:** Contrato de Repasse nº 960841/2024/MCIDADES/CAIXA. **Data: 25 de março de 2026, às 09h.** Edital e maiores informações, Prefeitura Municipal, Rua Osvaldo Aranha, 1790 ou fone (51)3653 6200, ramal 6246/6247, no horário das 08h às 12h e das 13h30min às 16h30min, ou e-mail: dep.licitacoes@taquari.rs.gov.br ou pelos sites: www.taquari.rs.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br.

ADAIR ALBERTO OLIVEIRA DE SOUZA

Secretário Municipal da Fazenda



SLC AGRÍCOLA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 89.096.457/0001-55 - NIRE 43300047521

COMUNICADO

SLC Agrícola S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ sob o nº 89.096.457/0001-55 | NIRE 43300047521, comunica que, na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30/12/2025, foi deliberada a alteração e consolidação do Estatuto Social, cujo ato foi arquivado na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul em 25/02/2026, sob o registro nº 11628226.



O Oficial do **Registro de Imóveis da 3ª Zona** desta Capital, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 216-A, § 4º, da Lei 6.015/73: Faz saber que JOSÉ AUGUSTO FREITAS TAVARES, requer o reconhecimento do direito de propriedade, por meio de USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL do imóvel constituído de "um terreno com área superficial de 250m², situado no bairro Cascata, quarteirão formado pelas ruas Arambaré, Nova Petrópolis, Capitão Padilha e Jânio Quadros, com frente ao norte no alinhamento da rua Arambaré, onde mede 10,00m, tendo nos fundos ao sul a mesma dimensão de 10,00m, ao leste onde faz divisa com terreno n. 91 da rua Arambaré mede 25,00m, possuindo a mesma dimensão de 25,00m a oeste onde faz divisa com terreno n. 71 da mesma rua, fechando o perímetro. No terreno existe uma casa de alvenaria, sob n. 81, da rua Arambaré, contendo 150,37m² de área construída"; inserido no todo maior transcrito sob n. 52.004, fl. 226, do Livro 3-Q, do Serviço de Registro de Imóveis da 1ª Zona de Porto Alegre/RS. A espécie de usucapião pretendida é a Extraordinária, estando juntada a documentação exigida pelo art. 216-A, da Lei 6.015/73, bem como pelo Provimento 149 do CNJ. O procedimento foi protocolizado sob n. 1.006.539, em 23/07/2025. Desta forma, ficam clientes terceiros eventualmente interessados, ausentes, incertos ou desconhecidos, do procedimento acima, sendo que decorrido o prazo legal de 15 dias, a contar da publicação deste, sem impugnação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelos Requerentes e será efetuado o registro requerido.

Porto Alegre, de 2026

Moyisés Marcelo de Sillos - Registrador



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATUIPE

AVISO DE REAGENDAMENTO LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAR SERVIÇO DE FONOAUDIÓLOGO NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL. **Abertura:** 24/03/2026.

Horário: 09h. **MODALIDADE:** PREGÃO ELETRÔNICO- REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2026 **Objeto:** FORNECIMENTO EVENTUAL E FUTURO DE ELETRODOMÉSTICOS E FRAGMENTADORAS PARA USO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, DEMAIS SECRETARIAS E REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CATUIPE. **Abertura:** 20/03/2026.

Horário: 09h. Osório Ribeiro Nardes 152, 553336:0000. <https://www.catuipe.rs.gov.br>; www.portaldecompraspublicas.com.br

Catuipe/RS, 06 de Março de 2026.

PAULO ROBERTO DALLA CORTE, Prefeito Municipal de Catuipe

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

SAPUCAIA DO SUL / RS

Pelo presente **EDITAL**, e, tendo em vista a ausência de notificação pessoal pelo oficial do cartório nos termos da certidão apresentada, fica(m) notificado(s) o(s) mutuário(s) abaixo, para ciência de que estamos autorizados conforme disposto em contrato de financiamento firmado, e, nos termos da Lei 14.711/2023, a promover a Execução Extrajudicial dos créditos garantidos por hipoteca que oneram os imóveis descritos a seguir. Ficam identificados, outrossim, de que tem o prazo de **15(quinze) dias**, contados de **11/03/2026**, para, querendo, purgar(em) o débito e evitarem a execução, o que poderá ser feito no endereço de cobrança descrito abaixo: **SED: B51499 - CONTRATO:** 909139388557 - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S.A. - EMGEA **ENDEREÇO DO IMÓVEL:** RUA LEOPOLDO JOHANN (ANTIGA RUA A), 358, PASQUALINI, SAPUCAIA DO SUL RS, CEP: 93224-490 **ISRAEL MOSCOCO**, BRASILEIRO(A), VIGILANTE, CPF: 562.131.740-87, **SOLTEIRO(A)**, E CONJUGE SE CASADO(A) ESTIVER; **CLEUSA MOSCOCO RIBAS**, BRASILEIRO(A), COMÉRCIÁRIO(A), CPF 524.481.18000, **SEPARADO(A) CONSENSUALMENTE**, E CONJUGE SE CASADO(A) ESTIVER. **FIDUCIAR DIST. TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA** Endereço de Cobrança: EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S.A.: Credor cessionário do contrato habitacional firmado com a CAIXA Setor Bancário Sul Quadra 02, Bloco J - 5º andar Edifício Carlton Tower 70070-120 Brasília - DF Telefone: (31) 2105-7634

CITRAL TRANSPORTE E TURISMO S/A				CNPJ 97.755.607/0001-13 - NIRE 43 3 0001446 1		Demonstração dos Resultados - R\$	
				Av. Sebastião Amoretti, 1480 - Taquara-RS			
RELATÓRIO DA DIRETORIA: Srs. Acionistas: Cumprindo as determinações legais e estatutárias, submetemos à consideração de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, inclusive as notas explicativas. Permanecemos à disposição dos Srs. Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais.				Taquara, 23 de fevereiro de 2026.		A Diretoria,	
Balanco Patrimonial - R\$							
ATIVO		2025	2024	PASSIVO		2025	2024
Circulante		14.287.810,98	14.974.045,10	Circulante		30.064.722,11	26.318.813,27
Disponibilidades		259.020,76	32.784,70	Fornecedores		1.753.640,34	2.314.798,65
Créditos a Receber		286.317,72	1.108.789,32	Instituições Financeiras		7.328.268,10	6.873.645,97
Bens Destinados à Venda		4.314.166,64	4.314.166,64	Obrig. Sociais/Trabalhistas		7.856.246,55	2.566.050,90
Impostos a Recuperar		40.030,56	33.215,44	Obrigações Tributárias		2.959.560,62	2.417.919,70
Créditos a Compensar		7.830.421,47	7.918.595,63	Outras Obrigações		4.188.045,01	8.954.397,64
Desp. do Exerc. Seguinte		12.869,72	12.745,62	Parcelamentos Ordinários		4.216.408,69	1.354.003,69
Estoques		1.544.984,11	1.553.747,75	Parcelamento Lei 13496..		1.762.552,80	1.837.996,72
Não Circulante		32.974.366,75	34.411.731,87	Não Circulante		17.197.455,62	23.066.963,70
Realizável a Longo Prazo		9.982.343,69	9.205.232,00	Exigível a Longo Prazo		24.721.359,84	32.072.810,77
Depósitos Judiciais		1.151.434,13	1.059.651,84	Instituições Financeiras		6.945.411,45	10.712.680,27
Créditos a Compensar		8.830.909,56	8.145.580,16	Partes Relacionadas		1.915.520,11	1.706.520,11
Investimentos		261.607,98	261.607,98	Parcelamentos Ordinários		10.319.915,47	13.181.189,21
Part. em Outras Empresas		260.530,65	260.530,65	Parcelamento Lei 13496..		5.540.512,81	6.472.421,18
Incentivos Fiscais		1.077,33	1.077,33	Patrimônio Líquido		-7.523.904,22	-9.005.847,07
Imobilizado		22.730.415,08	24.944.891,89	Capital Social		3.478.000,00	3.478.000,00
Móveis e Utensílios		499.005,41	494.425,41	Capital Realizado		3.478.000,00	3.478.000,00
Instalações		822.574,87	813.084,87	Reservas de Capital		168.422,03	168.422,03
Equipamentos Procces. Dados		790.681,94	772.902,38	Res. Corr. Monet. Capital		168.422,03	168.422,03
Máquinas e Ferramentas		470.238,64	416.755,73	Lucros (Prej.) Acumulados		-15.300.572,70	-16.782.515,55
Veículos		42.087.329,86	42.220.366,26	Lucros (Prej.) Acumulado		-15.300.572,70	-16.782.515,55
Imobiliz. em Andamento		40.249,50	40.249,50	Ajustes Aval. Patrimonial..		4.130.246,45	4.130.246,45
Depreciações Acumuladas		-21.979.665,14	-19.812.892,26	Ajuste às Normas Internacionais Contábeis		4.130.246,45	4.130.246,45
Intangível				Total do Passivo		47.262.177,73	49.385.776,97
Concessões de Linhas		288.763,66	288.763,66				
Amortizações Acumuladas		-288.763,66	-288.763,66				
Total do Ativo		47.262.177,73	49.385.776,97				
Notas Explicativas							
1. Contexto Operacional: A empresa é uma companhia de capital fechado, fundada em 19/08/1952, com sede em Taquara/RS e tem como objetivo o transporte coletivo de passageiros. 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis, expressas em reais, foram elaboradas de acordo com as práticas aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e disposições legais (Lei nº 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09) com adoção das normas internacionais de contabilidade. 3. Principais Práticas Contábeis: 3.1. Ajustes a Valor Presente: Foi efetuada análise nos ativos e passivos de curto prazo, não sendo apurado nenhum efeito significativo ou relevante que justificasse a adoção desse procedimento. 3.2. Imobilizado: A empresa, atendendo a Lei nº 11.638/07, adotou os procedimentos do CPC 01, da interpretação técnica do IPC 10 e do CPC 27. O valor dos bens não são superiores aos passíveis de recuperação por uso ou venda. 3.3. Os estoques se referem a mercadorias adquiridas para uso ou consumo próprio, foram avaliados pelo custo médio de aquisição que não é superior ao preço de mercado. 3.4. Os empréstimos de Instituições Financeiras estão registrados pelos valores originais de captação, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente em função do prazo decorrido. 3.5. Os direitos e obrigações foram classificados no Circulante e Longo Prazo de acordo com o prazo de realização ou de exigibilidade previstos na legislação específica. 3.6. Os créditos a receber estão registradas pelo regime de competência e tem seus vencimento não superiores a trinta dias. 4. Ativo Realizável a Longo Prazo: 4.1. Depósitos Judiciais: Referem-se a depósitos recursais de processos trabalhistas movidos contra a empresa. Não foram provisionados valores para os mesmos. 5. Passivo Exigível a Longo Prazo: 5.1. Instituições Financeiras: Captações para Capital de Giro com juros que variam de 0,49% am+ CDI a 1,81% am, com vencimento final em 27/09/2028 e Captações para aquisições do Imobilizado com juros de 6,75% aa a 14,59% aa, com vencimento final em 15/10/2029. 5.2. Parcelamento Lei 13.496/17: Parcelamento de Impostos e Contribuições Federais com atualização pela variação da SELIC, com vencimento final em 01/2030. 5.3. Contratos de Mútuo Partes Relacionadas: Com incidência de juros de 1% a.m. 5.4. Parcelamento de Impostos e Contribuições: Parcelamento junto à PGFN com atualização pela variação da SELIC e vencimento final em 06/2034. 6. Capital Social: Está representado por 7.531.199 ações ordinárias nominativas e 1.385.068 ações preferências nominativas, sem valor nominal.							
Hélio Oswaldo Neumann Diretor - CPF 005.185.650/68		Airam Ferreira Borges Diretor - CPF 150.982.300/04		Ricardo Luiz Neumann Diretor - CPF 269.257.020/00		Hélio Oswaldo Neumann CRC/RS-TC 6.423 - CPF 005.185.650/68	

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA 3ª ZONA

O Oficial do Registro de Imóveis da 3ª Zona desta capital, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 216-A, § 13º, da Lei 6.015/73, em virtude da proprietária registral EMPRESA DE TERRENOS CASCATALDTA, do imóvel transcrito sob n. 52.004, fl. 226, do Livro 3-Q, do Serviço de Registro de Imóveis da 1ª Zona: Faz saber que JOSÉ AUGUSTO FREITAS TAVARES, requer o reconhecimento do direito de propriedade, por meio de USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL do imóvel constituído de "um terreno com área superficial de 250m², situado no bairro Cascata, quarteirão formado pelas ruas Arambaré, Nova Petrópolis, Capitão Padilha e Jânio Quadros, com frente ao norte no alinhamento da rua Arambaré, onde mede 10,00m, tendo nos fundos ao sul a mesma dimensão de 10,00m, ao leste onde faz divisa com terreno n. 91 da rua Arambaré mede 25,00m, possuindo a mesma dimensão de 25,00m a oeste onde faz divisa com terreno n. 71 da mesma rua, fechando o perímetro. No terreno existe uma casa de alvenaria, sob n. 81, da rua Arambaré, contendo 150,37m² de área construída"; inserido no todo maior transcrito sob n. 52.004, fl. 226, do Livro 3-Q, do Serviço de Registro de Imóveis da 1ª Zona de Porto Alegre/RS. A espécie de usucapião pretendida é a Extraordinária, estando juntada a documentação exigida pelo art. 216-A, da Lei 6.015/73, bem como pelo Provimento 149 do CNJ. O procedimento foi protocolizado sob n. 1.006.539, em 23/07/2025. Desta forma, fica ciente o representante do titular dos direitos reais do imóvel transcrito sob n. 52.004, fl. 226, do Livro 3-Q, do Serviço de Registro de Imóveis da 1ª Zona de Porto Alegre/RS, do procedimento acima, sendo que decorrido o prazo legal de 15 dias, a contar da publicação deste, sem impugnação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo Requerente e será efetuado o registro requerido.

Porto Alegre, XX março de 2026.

Moyisés Marcelo de Sillos - Registrador

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL

O Oficial do Registro de Imóveis da 3ª Zona desta capital, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 216-A, § 13º, da Lei 6.015/73, em virtude da proprietária registral EMPRESA DE TERRENOS CASCATALDTA, do imóvel transcrito sob n. 52.004, fl. 226, do Livro 3-Q, do Serviço de Registro de Imóveis da 1ª Zona: Faz saber que JOSÉ AUGUSTO FREITAS TAVARES, requer o reconhecimento do direito de propriedade, por meio de USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL do imóvel constituído de "um terreno com área superficial de 250m², situado no bairro Cascata, quarteirão formado pelas ruas Arambaré, Nova Petrópolis, Capitão Padilha e Jânio Quadros, com frente ao norte no alinhamento da rua Arambaré, onde mede 10,00m, tendo nos fundos ao sul a mesma dimensão de 10,00m, ao leste onde faz divisa com terreno n. 91 da rua Arambaré mede 25,00m, possuindo a mesma dimensão de 25,00m a oeste onde faz divisa com terreno n. 71 da mesma rua, fechando o perímetro. No terreno existe uma casa de alvenaria, sob n. 81, da rua Arambaré, contendo 150,37m² de área construída"; inserido no todo maior transcrito sob n. 52.004, fl. 226, do Livro 3-Q, do Serviço de Registro de Imóveis da 1ª Zona de Porto Alegre/RS. A espécie de usucapião pretendida é a Extraordinária, estando juntada a documentação exigida pelo art. 216-A, da Lei 6.015/73, bem como pelo Provimento 149 do CNJ. O procedimento foi protocolizado sob n. 1.006.539, em 23/07/2025. Desta forma, fica ciente o representante do titular dos direitos reais do imóvel transcrito sob n. 52.004, fl. 226, do Livro 3-Q, do Serviço de Registro de Imóveis da 1ª Zona de Porto Alegre/RS, do procedimento acima, sendo que decorrido o prazo legal de 15 dias, a contar da publicação deste, sem impugnação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo Requerente e será efetuado o registro requerido.

Porto Alegre, XX março de 2026.

Moyisés Marcelo de Sillos - Registrador

SANDER IRMÃOS & CIA LTDA.

CNPJ nº 96.748.793/0001-09

CONVOCAÇÃO

REUNIÃO ORDINÁRIA DE SÓCIOS

A signatária, ANA LÚCIA SANDER PETRY, na qualidade de administradora da sociedade empresária limitada denominada **SANDER IRMÃOS & CIA LTDA.**, com sede social na Rua Santo Agostinho, nº 913, em São Leopoldo/RS, inscrita no CNPJ sob nº 96.748.793/0001-09, CONVOCA os SÓCIOS cotistas da sociedade para uma REUNIÃO ORDINÁRIA DE SÓCIOS a realizar-se no dia 17 de abril de 2026, às 10h30min, na sede da sociedade, para deliberarem sobre as seguintes matérias que compõem a ordem do dia:

- 1) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;
- 2) deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício de 2025; e
- 3) assuntos gerais.

A administradora informa que os documentos de que tratam o art. 1.078, inc. I, da Lei nº 10.406/02, encontram-se à disposição dos senhores quotistas na sede social da Sociedade, em horário comercial, assim como estão sendo enviados em cópia física aos endereços residenciais dos sócios, por correspondência registrada.

São Leopoldo, 10 de Março de 2026.

ANA LÚCIA SANDER PETRY

Administradora

Sindicato dos Publicitários, Agenciadores de Propaganda e trabalhadores em

Empresas de Publicidade do Estado do Rio Grande do Sul

Av. João Wallig, 518 Fone: (51) 33612495 – Passo D'Areia – CEP 91340000 – Porto Alegre – RS –

CNPJ: 90.900.127/0001-50 – Cód. Sind. 009.210.0157-2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

No uso das atribuições que me são conferidas pelo Estatuto desta Entidade e de conformidade com a legislação sindical em vigor, convoco os(as) Senhores(as) Associados(as) e demais membros das categorias profissionais de publicidade (publicitários e agenciadores de propaganda) e demais trabalhadores em todas as empresas de publicidade em geral tais como agências e empresas de propaganda, publicidade e comunicação, publicidade on-line, marketing digital e direto, agências digitais, consultoria em publicidade, empresas de divulgação e promoções de eventos promocionais no Estado do Rio Grande do Sul, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária *ad referendum*, a **realizar-se dia 24 de março de 2026**, a partir das 18:30h na sede do sindicato sito na Av. João Wallig, 518, nesta capital, em primeira convocação, e às 19h00min do mesmo dia, em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, para o fim especial de deliberar e votar a seguinte **ORDEM DO DIA: 1)** Revisão das cláusulas da respectiva Convenção Coletiva de Trabalho para o exercício de 2026 (vigência de maio/2026 a abril/2027), junto ao sindicato patronal representante das empresas de publicidade em geral, tais como empresas de propaganda, publicidade e comunicação, bem como empresas de divulgação e promoções de eventos, e demais afins, bem como a forma de proceder em tal negociação perante a entidade patronal e/ou diretamente as Empresas. **2)** No caso de ser conveniente a revisão: **A)** Autorização para ajuntamento de Dissídio Coletivo; **B)** Fixação das bases de pedido de conciliação; **C)** Autorização para descontos em folha de pagamento da Contribuição Assistencial e reajuste da Contribuição Associativa em favor do Sindicato; **D)** Autorização ao Sindicato e seu Presidente para que promova entendimento extrajudicial necessário à consecução da revisão aprovada; **E)** Autorização para o Sindicato atuar como substituto processual dos integrantes da categoria, coletiva ou individualmente, nos termos dos dispositivos constitucionais; **F)** Outorga de procuração e seus termos para fim de ajuntamento de Dissídio Coletivo Revisional. Porto Alegre, 10 de março de 2026.

MANOEL DA COSTA NETO - Presidente.



SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SESCOBRS

Em cumprimento ao disposto no Regulamento Eleitoral do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul – SESCOBRS, conforme edital de convocação para eleições afixado na sede do Sindicato e publicado no Jornal do Comércio no dia vinte e três de fevereiro de dois mil e seis, foi registrada a seguinte chapa para concorrer às eleições do quadro de diretoria da entidade, que serão realizadas no dia trinta e um de março de dois mil e vinte e seis:

Diretoria Membros Efetivos:	
Presidente	Lúcia Elena da Motta Haas
Vice-presidente Gestão	Felipe Faccioni
Vice-presidente Financeiro	Maurício Gatti
Vice-presidente de Relações Institucionais	Caroline Sebastião de Oliveira
Vice-presidente de Capacitação	Vanessa Malinowski Casagrande
Vice-presidente de Integração Regional	Paulo Gilberto Comazzetto
Diretor de Inovação e Negócios	Jorge Gustavo Soares Rodrigues Filho
Diretor Financeiro	Fernando da Silva Vargas
Diretor Legislativo	Rafael Santos Borin
Diretor de Relações do Trabalho	Roberto da Silva Medeiros
Diretor de Educação	Diana Elisa Steffens Ewald
Diretor de Eventos	Jorge Fernando Camara Ferla
Diretor de Desenvolvimento Empresarial	Ana Paula Andiglieri
Diretor Comitê Jovem	Marieri Gazen Braga
Diretor Regional	Vinicius Schneider
Diretor Regional	Giuliano Pinheiro Vendrusculo
Diretora Regional	Dalmir Amaral
Diretor Regional	Ronaldo Bica

* Nome fictício para preservar a identidade



HOJE,
GIOVANNA FOI À
ESCOLA POR CAUSA
DO **SEU SIM!**

VAMOS JUNTOS CONSTRUIR
UM FUTURO BRILHANTE!

APOIE essa **CAUSA!**
pix@lbv.org.br



Balanço Anual 2025



LOJAS RENNER S.A.

RENNER CMICADO youcom realize ASHUA repassa

LOJAS RENNER S.A.

RENNER CAMICADO youcom realize ASHUA repassa

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025 - RESUMIDAS

AVISO As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. A informação completa, incluindo relatório do auditor independente estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: https://lojasrenner.mzweb.com.br/info-aos-investidores/central-de-resultados/; https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

APRESENTAÇÃO No cumprimento das disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira e as normativas vigentes, a Lojas Renner S.A. apresenta o Relatório da Administração, comentando os resultados operacionais e financeiros relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Este relatório complementa as Demonstrações Financeiras da Companhia, elaboradas de acordo com as Leis nº 6.404/76, as orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os Padrões Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS) e as melhores práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os requisitos do modelo de governança Novo Mercado da B3.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO Ao longo de 2025, avançamos de forma consistente na captura do potencial do nosso modelo de negócios. Demonstramos nossa capacidade de entregar evolução em todas as métricas com as quais nos comprometemos para o ciclo de 2026-2030. O crescimento de receita ficou em linha com o guidance anual que passará a vigorar a partir de 2026. Paralelamente, expandimos margem bruta, diluimos despesas, elevamos ROIC¹ e entregamos uma robusta geração de caixa. Essa combinação nos possibilitou executar uma forte distribuição do lucro do exercício aos acionistas. Todas essas métricas evoluíram na direção correta, reforçando a confiança na entrega do guidance apresentado no Investor Day.

Entregamos crescimento na receita líquida de varejo de 9,2% e uma expansão de margem bruta de 0,7p.p., alcançando 56,1%, o maior nível em seis anos. O EBITDA de varejo atingiu R\$ 2,7 bilhões, um crescimento de 10% com expansão de margem de 0,2p.p., refletindo nossa disciplina de execução e a solidez do nosso modelo de negócios. O ROIC LTM evoluiu 2,3 p.p., alcançando 14,7%, acima do custo de capital, enquanto a geração de fluxo de caixa livre totalizou R\$ 1,4 bilhão no ano. O lucro líquido atingiu recorde de R\$ 1,457 bilhão, com crescimento de 21,8%, e o Lucro por Ação (LPA) cresceu 26,7%. Retornamos R\$ 1,8 bilhão aos nossos acionistas, por meio de JCP e recompra de ações.

Os resultados de 2025 demonstram o progresso estrutural apresentado em nosso Investor Day em dezembro e reforçam nossa confiança de estarmos no caminho certo para entregarmos os compromissos assumidos. Temos clareza sobre nossas prioridades e convicção no nosso potencial de crescimento, rentabilidade e geração de valor, sempre focados em nossa estratégia de sermos referência em moda e lifestyle, em experiências encantadoras e em moda responsável, sustentados por uma cultura de encantamento e alta performance.

Ao longo do ano, garantimos maior assertividade na oferta de produto, através de uma execução de moda mais ágil e flexível, combinada a um modelo de abastecimento mais preciso, integrado e com menor lead time. Esses avanços resultaram, além do crescimento de venda, em menores níveis de remarcação e redução da participação de estoques antigos.

Investimentos contínuos em logística e tecnologia fortaleceram a integração dos canais, ampliaram a disponibilidade online de estoques e reduziram os prazos de entrega, aprimorando ainda mais a jornada omnicanal e a posição competitiva da Renner em relação aos seus pares.

O resultado dessas iniciativas foi um crescimento de 9,2% na receita líquida de varejo e de 8,1% nas vendas em mesmas lojas (SSS). Nosso canal digital avançou em escala e eficiência com o GMV Digital crescendo 12,3%, alcançando penetração de 15,5% com melhora de rentabilidade. Esse desempenho reflete a estratégia de crescimento ancorada em expansão disciplinada para novas cidades, ganhos contínuos de produtividade nas lojas, aumento da penetração digital. Os avanços nesses pilares nos posicionam para cumprir o compromisso, divulgado no Investor Day, de crescimento anual de Receita de Varejo entre 9% e 13% de 2026 a 2030.

Expandimos margem bruta de varejo em 0,7 p.p. atingindo 56,1%, nos aproximando de níveis recordes. Mantivemos também a trajetória estrutural de alavancagem operacional, com despesas operacionais reduzindo sua participação versus a receita líquida em 0,4 p.p. e 0,6 p.p. na visão ex IFRS 16 versus 2024. Esse avanço foi resultado do encerramento do ciclo mais intenso de investimentos estruturais, da maior diluição decorrente do crescimento das vendas e foco no controle de despesas.

A Youcom cresceu 13,9%, enquanto a Camicado avançou 2,6%, com evolução de 1,7 p.p. na margem do ano. A Realize CFI manteve sua trajetória sólida, com crescimento relevante que já soma nove trimestres consecutivos, sustentados pela qualidade da carteira e por uma concessão de crédito e gestão de risco disciplinadas. A Realize segue como um importante motor de fidelização de clientes e de criação de valor em todo o ecossistema da Lojas Renner.

O EBITDA Total atingiu R\$ 3,2 bilhões, crescimento de 20%, com expansão de margem de 2,1 p.p. O lucro líquido atingiu recorde de R\$1,457 bilhão, com crescimento de 21,8%. Nossa forte geração de caixa de R\$1,4 bilhão nos possibilitou encerrar o ano com uma posição de caixa sólida de R\$ 1,9 bilhão, assegurando solidez do balanço e flexibilidade para investir em crescimento de forma disciplinada. O ROIC LTM evoluiu 2,3p.p., atingindo 14,7%, nível acima do custo de capital, impulsionado pela expansão de margens, maior eficiência dos ativos e alocação disciplinada de capital. Esse resultado evidencia a consistência da trajetória construída para atingir um ROIC¹ de 20% até 2030.

Nosso sólido balanço nos permitiu distribuir aos acionistas R\$ 1,8 bilhão em JCP e recompra de ações, acima da média do setor. Em dezembro, anunciamos um novo programa de recompra de ações de até 75 milhões de ações. Essa iniciativa reflete nossa confiança nas perspectivas de crescimento de longo prazo da Companhia, sustentadas pela estratégia que temos comunicado e pela nossa capacidade de entregar retornos consistentes aos acionistas no longo prazo.

O CAPEX totalizou R\$ 858 milhões, refletindo uma alocação disciplinada de capital. Expandimos nossa presença física ao longo do ano, com a abertura de 34 novas lojas reforçando nossa atuação em mercados ainda pouco penetrados e escalando formatos comprovados e de alto retorno da Renner. Paralelamente, realizamos reformas e melhorias em lojas selecionadas, aprimorando layouts e a experiência em loja. Essas iniciativas aumentaram o engajamento dos clientes e contribuíram para o crescimento da base de clientes ativos e do NPS. Para 2026, nosso orçamento de capital proposto de R\$ 1.050 milhões acelera o ritmo de expansão, bem como iniciativas em outras frentes, em linha com o divulgado no Investor Day. Planejamos inaugurar de 50 a 60 lojas em 2026: de 22 a 30 sob a marca Renner, de 23 a 25 da Youcom e aproximadamente 5 lojas Camicado.

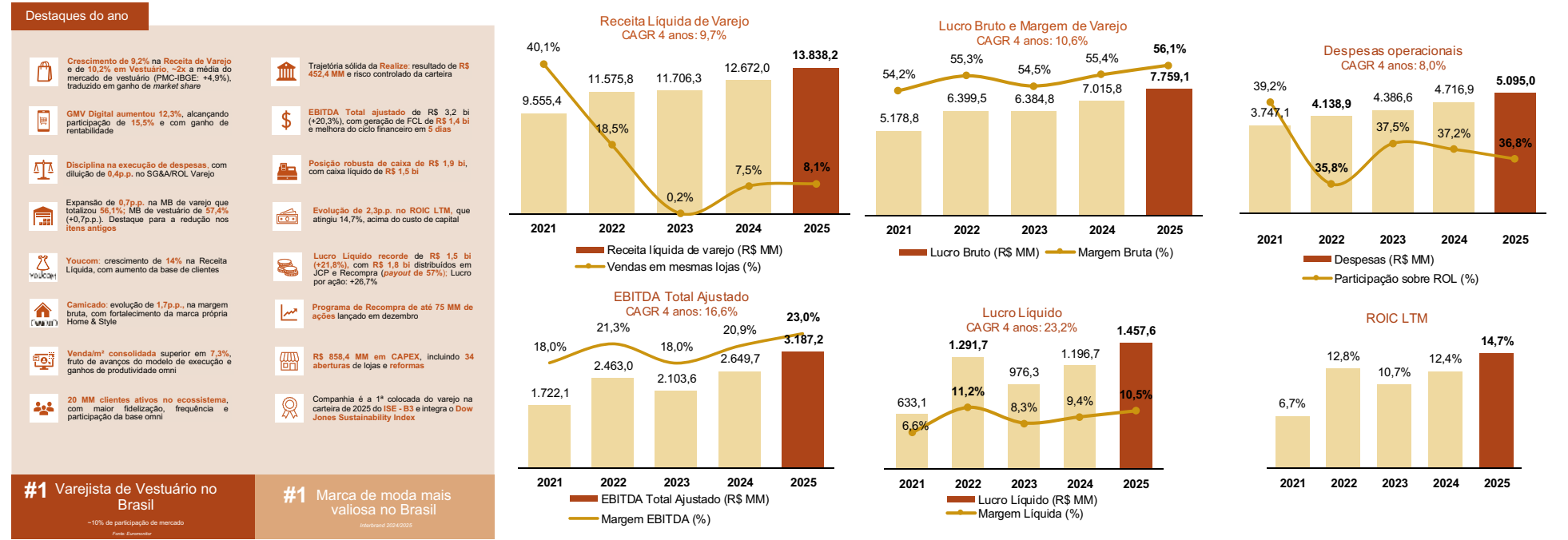
Evoluímos na agenda de moda responsável, promovendo diversidade, inclusão e bem-estar dos colaboradores, bem como reforçamos práticas mais sustentáveis ao longo da cadeia de valor, todas alinhadas às metas que estabelecemos para 2030. Essas iniciativas nos posicionaram como 1ª colocada do varejo na carteira de 2025 do ISE B3 e mais uma vez no Índice de Sustentabilidade do Dow Jones. Fortalecemos nossos mecanismos de alinhamento de incentivos, com a aprovação do novo plano de remuneração de longo prazo em Assembleia Geral Extraordinária. O plano reforça a conexão entre estratégia, desempenho e geração de valor, alinhado às ambições financeiras e operacionais da Companhia.

Encerramos 2025 confiantes no progresso alcançado pela Companhia. Embora o ambiente macroeconômico de 2026 apresente desafios, seguimos confiantes na resiliência do nosso modelo de negócios e na capacidade de execução ao longo dos ciclos. Com a maior parte dos investimentos estruturais concluídos, estamos posicionados para cumprir os compromissos apresentados no Investor Day. Seguimos focados em entregar uma experiência encantadora ao cliente, com crescimento sustentado por uma cultura forte e sólida governança, que garantem a geração de valor no longo prazo para todos os nossos stakeholders.

Carlos Fernando Souto Presidente do Conselho de Administração
Porto Alegre, 05 de março de 2026

Fabio Adegas Faccio Diretor Presidente

¹ ROIC: Retorno Sobre Capital Investido, calculado conforme a fórmula: NOPAT/Capital Investido, onde a) NOPAT: lucro operacional menos impostos e b) Capital Investido: capital total médio alocado, considerando a soma de capital próprio e de terceiros.



AGRADECIMENTOS A Lojas Renner S.A. faz um agradecimento especial aos seus colaboradores, pelo engajamento e dedicação, bem como aos seus clientes, conselheiros, parceiros, acionistas e comunidade em geral pelas importantes contribuições que fizeram nessa jornada e pela confiança em seus negócios e marcas.

Porto Alegre, 5 de março de 2026.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Lojas Renner S.A. e Controladas - Levantados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante					Passivo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.424.030	2.311.435	978.066	1.926.110	Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	522.440	-	522.440
Aplicações financeiras	323.069	287.513	924.745	845.197	Financiamentos - operações serviços financeiros	-	-	21.087	409.320
Contas a receber	2.817.997	2.787.020	7.175.248	6.902.933	Arrendamentos a pagar	618.172	660.402	740.237	783.850
Estoques	1.625.138	1.700.984	1.865.898	1.929.908	Fornecedores	1.589.124	1.639.802	1.774.432	1.807.312
Tributos a recuperar	390.471	319.518	470.036	414.167	Obrigações risco sacado	41.156	-	41.156	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	23.939	53.765	122.690	164.067	Obrigações com administradoras de cartões	17.637	21.671	2.602.231	2.610.217
Instrumentos financeiros derivativos	7.590	25.478	7.937	27.763	Obrigações fiscais	487.902	458.555	590.159	545.283
Outros ativos	66.883	75.300	89.137	106.514	Obrigações sociais e trabalhistas	474.378	411.430	543.931	488.482
Créditos com partes relacionadas	22.525	21.352	-	-	Obrigações estatutárias	211.999	170.550	211.999	170.550
Total do ativo circulante	6.701.642	7.582.365	11.633.757	12.316.659	Provisões para riscos	74.520	62.523	92.068	90.037
Ativo não circulante					Instrumentos financeiros derivativos	12.821	-	13.820	-
Realizável a longo prazo	-	-	-	-	Débitos com partes relacionadas	1.243	1.155	-	-
Contas a receber	11.250	11.250	-	-	Outras obrigações	144.044	123.264	235.614	220.066
Tributos a recuperar	337.418	273.037	368.725	305.673	Total do passivo circulante	3.672.996	4.071.792	6.866.734	7.647.557
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	24.802	25.165	32.341	31.323	Passivo não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	391.303	391.999	741.858	790.229	Financiamentos - operações serviços financeiros	-	-	358.788	13.740
Outros ativos	148.271	74.302	177.476	97.709	Arrendamentos a pagar	1.594.151	1.641.975	1.765.254	1.847.561
Total do ativo realizável a longo prazo	913.044	775.753	1.320.400	1.224.934	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	1.562	5.660
Investimentos	2.804.472	2.734.055	55.124	56.582	Fornecedores	71.529	1.824	71.593	1.824
Imobilizado	2.509.310	2.490.032	2.929.217	2.900.445	Provisões para riscos	58.315	53.412	64.241	56.206
Direito de uso	1.815.450	1.940.948	2.076.567	2.252.543	Outras obrigações	25.506	4.437	41.574	19.091
Intangível	1.134.860	1.023.238	1.610.962	1.613.427	Total do passivo não circulante	1.749.501	1.701.648	2.303.012	1.944.082
Total do ativo não circulante	9.177.136	8.964.026	7.992.270	8.047.931	Total do passivo	5.422.497	5.773.440	9.169.746	9.591.639
Total do ativo	15.878.778	16.546.391	19.626.027	20.364.590	Patrimônio líquido				
					Capital social	9.544.827	9.540.891	9.544.827	9.540.891
					Ações em tesouraria	(344.388)	(154.377)	(344.388)	(154.377)
					Reservas de capital	10.215	166.431	10.215	166.431
					Reservas de lucros	1.148.816	1.078.994	1.148.816	1.078.994
					Ajuste de avaliação patrimonial	96.811	141.012	96.811	141.012
					Total do patrimônio líquido	10.456.281	10.772.951	10.456.281	10.772.951
					Total do passivo e do patrimônio líquido	15.878.778	16.546.391	19.626.027	20.364.590

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

LOJAS RENNER S.A.

RENNER CAMICADO youcom realize ASHUA repassa

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conheça a seguir a descrição dos principais riscos envolvidos:

Risco cambial - A nossa política de gestão de risco cambial é de proteger até 100% das importações via operações de *hedge* e relativas ao valor contratado de empréstimo em moeda estrangeira (Lei 4.131 Bacen).

Risco de taxa de juros - Decorre das operações de equivalentes de caixa, aplicações financeiras e financiamentos de operações de serviços financeiros. Como os ativos financeiros são indexados ao CDI e os recebíveis são realizáveis a curto prazo, corrigidos a taxas de juros fixas, o nível de risco associados às oscilações nas taxas de juros é relativamente baixo.

Risco de liquidez - Gerimos nossas disponibilidades estabelecendo um montante de caixa mínimo estratégico, baseado no ciclo de caixa das operações de varejo e no capital mínimo necessário para garantir as operações de crédito, assegurando que haja caixa suficiente para atender às necessidades e planos de negócio.

Risco de Capital - Utilizamos também capital de terceiros para financiar as atividades, otimizando a estrutura de capital.

3.2 Demonstração do valor adicionado (DVA)
Preparada com base em informações dos registros contábeis usados na preparação das demonstrações e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras
São mensurados a valor justo por meio do resultado, compreendem o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo e liquidez imediata, registradas em montantes similares aos valores de mercado. As aplicações financeiras não enquadradas como equivalentes de caixa são aquelas sem garantias de recompra pelo emissor no mercado primário, com liquidez apenas no mercado secundário (balcão), e são mensuradas a valor justo por meio do resultado.

3.4 Contas a receber de clientes
Incluem os recebíveis das vendas de mercadorias realizadas por meio do Cartão Renner (*Private Label*), do Meu Cartão e do uso na rede conveniada pelo sistema Visa e Mastercard, empréstimos pessoais concedidos aos clientes e operações de empréstimos concedidos a pessoas físicas e jurídicas pela controlada indireta Realize CFI e vendas realizadas via cartões de terceiros. As vendas a prazo pré-fixadas foram trazidas ao valor presente na data das transações, com base na taxa média do site do Banco Central do Brasil para antecipação de recebíveis, que foi de 1,32% a.m. (1,05% a.m. em 31 de dezembro de 2024). O ajuste a valor presente tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada como receita de vendas pela fruição do prazo.

A Companhia adota políticas de renegociação de créditos para clientes com dificuldades de pagamento, permitindo a readequação dos termos conforme o perfil de crédito de cada cliente. Essas renegociações impactam diretamente a constituição de provisões para perdas esperadas, uma vez que adequam o cliente para perda esperada condizente com a nova operação.

Quanto as estimativas de perdas de créditos esperadas as mesmas são baseadas em conformidade com a metodologia de cálculo do CPC48/IFRS 9. A partir do 1º Trimestre de 2025, considerando o nível de recuperação de perdas das carteiras vencidas após 360 dias, passamos a adotar a baixa por perda da carteira vencida após 540 dias. Esta alteração reflete melhor o perfil de recuperação da carteira e está alinhada com alteração da norma do Conselho Monetário Nacional (CMN), que busca alinhamento à norma internacional IFRS 9.

3.4.1 Perdas de créditos esperadas
São constituídas com base no modelo geral da metodologia CPC 48/IFRS 9. A modelagem que adotamos se baseia na mensuração da perda esperada a partir da observação do comportamento da carteira, tanto na recuperação quanto na concessão do crédito, levando em consideração a probabilidade e exposição à inadimplência e perda efetiva em cada faixa de atraso durante todo o prazo das operações. A metodologia consiste na classificação das operações de crédito *“on balance”* e limites de crédito ativo, disponível até o 8º dia de atraso *“off balance”*, considerando a segregação em portfólios (Cartão de Crédito Renner e Meu Cartão), alocação das operações em três estágios de risco e subsegmentação em cada grupo (Exemplo: por perfil de clientes, *score*, regiões, entre outros), considerando os seguintes componentes de cálculo: probabilidade de inadimplência, exposição e perda.

3.5 Estoques
Mensurado pelo custo de aquisição, incluindo tributos não recuperáveis, custos de transportes e demais custos para trazer os estoques às suas condições atuais. Os custos dos estoques de mercadorias importadas também consideram ganhos ou perdas de *hedge* de fluxo de caixa liquidados que são transferidos do patrimônio líquido.

Os estoques são valorizados ao custo médio ponderado e deduzidos das perdas estimadas e do ajuste a valor presente na data das transações que tem como contrapartida a conta de estoques e sua realização é registrada como custo das vendas. Usamos como taxa de desconto para ajustar os saldos dos estoques ao seu valor presente a taxa média de desconto de duplicatas observável de mercado através do Banco Central do Brasil. A taxa utilizada foi de 1,53% a.m. (1,27% a.m. em 31 de dezembro de 2024).

3.6 Tributos a recuperar
Os tributos a recuperar são reconhecidos com base nas legislações vigentes, permitindo sua compensação com débitos tributários ou solicitação de restituição junto aos órgãos competentes. No caso de tributos decorrentes de ações judiciais, o reconhecimento é realizado em conformidade com o CPC 25/IAS 37.

3.7 Outros ativos
Compreendem itens não classificados em outras categorias do balanço patrimonial. Esses ativos são avaliados pelo custo histórico e deduzidos das possíveis perdas pelo valor recuperável.

3.8 Imposto de renda e contribuição social
Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido. São reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, levamos em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas. Acreditamos que a provisão para o imposto de renda no passivo está adequada com base na avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e opinião de nossos assessores jurídicos.

As alíquotas, das empresas sediadas no Brasil, são de 25% para IRPJ e 9% para CSLL, com exceção da controlada indireta Realize CFI que tem alíquota de 25% para IRPJ e 15% para CSLL. Nas empresas no exterior as alíquotas do imposto sobre a renda variam de 25% a 30%.

Periodicamente verificamos a recuperabilidade do saldo dos tributos diferidos ativos. Nossa avaliação é suportada por estudos técnicos de viabilidade que demonstram projeções de lucros futuros tributáveis, permitindo estimativa de recuperabilidade de créditos em um período não superior a 10 anos.

3.9 Investimento
Na Controladora, os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e no Consolidado, as investidas do Fundo RX Ventures são mensuradas ao valor justo.

3.10 Imobilizado e Intangível
Registramos os bens ao custo de aquisição, formação ou instalação de lojas, deduzidos da depreciação ou amortização acumulada. O cálculo é baseado no método linear, que leva em conta o tempo de vida útil estimada dos bens, considerando:

Bens, Taxa Vida útil			
IMOBILIZADO		INTANGÍVEL	
 Prédios 100% 40 a 60 anos	 Instalações 5 a 10% 10 a 20 anos	 Máquinas e equipamentos 5 a 10% 10 a 20 anos	 Sistemas de informática 12,5 a 20% 5 a 8 anos
 Benefícios em imóveis de terceiros 10% 10 anos	 Móveis e utensílios 10 a 25% 4 a 10 anos	 Veículos 20% 5 anos	 Direito de uso de imóveis 10% 10 anos
 Computadores e periféricos 10 a 33,3% 3 a 10 anos			

Revisamos anualmente os bens do ativo imobilizado e intangível com base em avaliações de especialistas com o objetivo de identificar possíveis evidências de que seus ativos possam estar desvalorizados; e alterações na forma de uso e manutenção que possam afetar a vida útil dos seus bens do ativo imobilizado e intangível.

3.11 Direito de uso
Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo do ativo de direito de uso inclui passivo de arrendamento inicial mais os custos diretos incorridos, mantendo o valor do passivo inicial de arrendamento. Optamos por utilizar o expediente prático para transição e não considerar os custos iniciais na mensuração do ativo de direito de uso. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo previsto no contrato ou na vida útil remanescente.

A norma CPC 06 (R2)/IFRS 16 exige para todos os contratos de arrendamento no escopo da norma - exceto aqueles enquadrados nas isenções - que os arrendatários reconheçam os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso.

3.12 Teste de perda por redução ao valor recuperável
Anualmente, analisamos se existem evidências de que o valor contábil de um ativo é menor do que o valor recuperável ou de uma possível reversão de ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, exceto o ágio e marca com vida útil indefinida. Os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para que exista geração de fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa - UGC) e, caso sejam identificadas evidências de acordo com as projeções usadas, a redução do valor recuperável é registrada no resultado do exercício como resultado de baixa de ativos fixos. Ativos com vida útil indefinida, como o ágio e a marca, não estão sujeitos à amortização e são testados pelo menos anualmente para identificar eventual necessidade de *impairment*, considerando a geração de valor do conjunto de ativos que suportaram sua mensuração.

3.13 Empréstimos, financiamentos e debêntures
São reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, conforme previsto contratualmente (acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva, variações monetárias, cambiais e amortizações incorridos até as datas dos balanços). O saldo do empréstimo de capital de giro Lei 4.131 Bacen é mensurado pelo valor justo refletindo as expectativas do mercado atual em relação aos valores futuros, com à técnica de avaliação do fluxo de caixa descontado (conversão dos fluxos de caixas futuros em valor único).

3.14 Arrendamentos a pagar
Os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início pelo total dos pagamentos futuros de alugueis fixos (bruto de impostos) e trazidos a valor presente pela taxa de desconto de acordo com o prazo do contrato. A mensuração da taxa nominal de desconto corresponde às cotações futuras de mercado obtidas na B3 S.A. referência em DI x Pré + *spread* de risco para captações com montantes que representam o total de investimentos para abertura de novas lojas. Anualmente, no mínimo, atualizamos o valor do aluguel fixo pelos indexadores de inflação mencionados em contrato, recalculamos o novo fluxo de pagamento e os reflexos reconhecemos em contrapartida ao direito de uso. Para economias hiperinflacionárias, atualizamos mensalmente o valor do aluguel fixo pela inflação. No caso de modificações contratuais resultantes de alterações de taxa, prazo ou alteração no valor do pagamento, remensuramos o passivo de arrendamento e os reflexos reconhecemos no direito de uso.

3.15 Fornecedores
As operações de compras a prazo foram trazidas ao valor presente na data das transações usando a taxa média para desconto de duplicatas observável no mercado através do Banco Central do Brasil de 1,53% a.m. (1,27% a.m. em 31 de dezembro de 2024) para fornecedores. O ajuste a valor presente de compras a prazo é registrado nas contas de fornecedores e sua reversão tem como contrapartida a conta de custo das vendas, pela fruição de prazo de pagamento. O saldo das contas a pagar de fornecedores é mensurado pelo custo amortizado, com base no método de taxa efetiva de juros.

3.16 Risco sacado
Estas operações constituem em alternativa de suporte aos nossos fornecedores comerciais, não são realizadas de forma massificada e decorrem de decisão de gestão de caixa dos próprios fornecedores, sem incidência de encargos financeiros ou garantias adicionais para nossa Companhia, preservando as características comerciais normais do negócio, tanto em preço como em prazos médios e, portanto, preservando a essência da transação. Tais operações são também trazidas a valor presente.

Nestas operações, os fornecedores ao anteciparem seus recebíveis, transferem o direito do recebimento dos títulos para uma instituição financeira, mantendo os prazos originais da transação, que foi realizada em condições comerciais similares às praticadas com aqueles fornecedores que não aderem à estas operações.

3.17 Obrigações fiscais
As obrigações fiscais incluem os tributos a pagar, sejam diretos ou indiretos, incidentes sobre as operações, além de encargos decorrentes de obrigações acessórias. Esses passivos são mensurados em conformidade com as legislações vigentes e registrados de acordo com as normas aplicáveis CPC 25 e CPC 32.

3.18 Obrigações sociais e trabalhistas
As obrigações sociais e trabalhistas são contabilizadas de acordo com a sua natureza e competência, incluindo os pagamentos com férias, 13º salário e seus respectivos encargos onde mensalmente reconhecemos 1/12 avos.

O reconhecimento da participação nos resultados é realizado através de provisão contábil no decorrer do exercício conforme gatilhos de atingimento de resultado, ajustado por ocasião do encerramento anual, momento no qual é mensurado de maneira mais confiável pela Companhia.

3.19 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes
Temos ações judiciais e processos administrativos tributários, trabalhistas e cíveis em tramitação, decorrentes do curso normal das operações e, com respaldo dos nossos assessores jurídicos, constituímos provisão suficiente para cobrir as perdas esperadas de acordo com o CPC 25/IAS 37.

3.20 Instrumentos financeiros
São reconhecidos ao seu valor justo e determinados com base nos indicadores do contexto macroeconômico. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do derivativo ser designado ou não como instrumento de *hedge*. Em caso positivo, o método depende da natureza do item que está sendo protegido. Adotamos a contabilidade de *hedge (hedge accounting)* e designamos os contratos a termos futuros (NDF) como *hedge* de fluxo de caixa. No início de cada operação, é documentada a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, os objetivos da gestão de risco e a estratégia de realização das operações de *hedge* e avaliamos recorrentemente a relação econômica entre o instrumento e o item protegido.

3.21 Outras obrigações
Compreendem passivos diversos registrados e mensurados pelo custo amortizado em conformidade com o CPC 25. Esses passivos são revisados periodicamente para garantir que sua mensuração reflita as melhores estimativas possíveis.

3.22 Partes relacionadas
Apresentamos a seguir as principais operações financeiras, comerciais e operacionais entre a Controladora e as Controladas.

Operações mais relevantes
Acordo para rateio de custos e despesas corporativas
Contrato de prestação de serviço de concessão de empréstimos pessoais
Operações com o Cartão de Crédito Renner (*Private Label* e Meu cartão) - Realize
Aplicação financeira em CDB - Realize
Contratos de locação
Intermediação de importação
Exportação e importação de mercadorias
Serviços de logística
Compra de ativos

3.22.1 Acordos ou outras obrigações relevantes entre a Companhia e seus administradores
Conforme Capítulo IV, art. 13 do Estatuto Social, a Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria e os Administradores são descritos em termo lavrado em livro próprio, assinado pelo Administrador empossado, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 47 do Estatuto Social e sua anuência ao Regulamento do Novo Mercado, dispensada qualquer garantia de gestão e condicionada à subscrição do Código de Conduta da Companhia.

O Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, tem mandato unificado de um ano, permitida a reeleição. Os membros do Conselho em exercício serão considerados automaticamente indicados para reeleição por proposta conjunta dos mesmos. A Diretoria, cujos membros são eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho, tem mandato de dois anos, permitida a reeleição, e é vinculada por meio de um contrato de prestação de serviços, cuja remuneração compreende um componente fixo, corrigido anualmente pelo INPC, e um variável, de acordo com o desempenho financeiro da Companhia.

3.22.2 Remuneração dos membros do Conselho e da Diretoria (a “Administração”)
De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e nosso Estatuto Social, cabe aos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores e ao Conselho de Administração distribui-lo entre os administradores, após considerar o parecer do Comitê de Pessoas.

3.22.3 Saldos e transações com partes relacionadas
As operações entre as controladas, incluindo saldos, ganhos e perdas não realizados nessas operações, são eliminados. As políticas contábeis das controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Controladora. Os principais saldos de balanço e resultado relativos a operações com partes relacionadas decorrem de transações conforme condições contratuais e usuais de mercado.

3.23 Patrimônio Líquido Capital Social

3.23.1 Capital Social
O limite do capital autorizado da Companhia é de 1.647.112.500 (um bilhão, seiscentos e quarenta e sete milhões, cento e doze mil e quinhentas) de ações ordinárias, todas sem valor nominal. Dentro dos limites autorizados no Estatuto e mediante deliberação do Conselho de Administração, o capital social poderá aumentar independentemente de reforma estatutária. O Conselho fixará as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

3.23.2 Reservas de capital
As reservas de plano de opção de compra de ações e o plano de ações restritas - são contrapartida às despesas do plano de compra de ações e plano de ações restritas com destinação a ser deliberada em Assembleia Geral Extraordinária.

3.23.3 Reservas de lucros
Reserva legal - é constituída equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, após reduzir a parcela destinada à reserva de incentivos fiscais.

Reserva para investimento e expansão - é constituída conforme deliberado pela Administração para fazer frente aos investimentos do plano de expansão da Companhia.

Reserva de incentivos fiscais - contamos com incentivos fiscais de ICMS com impactos no resultado. A Administração, de acordo com a Lei Complementar nº 160/17 e a Lei nº 6.404/76, os destina à reserva de incentivos fiscais.

3.23.4 Outros resultados abrangentes
São os ajustes acumulados de conversão, correção monetária por hiperinflação e os resultados não realizados com os instrumentos financeiros derivativos, como ajustes de avaliação patrimonial.

3.24 Juros sobre o capital próprio
Nosso Estatuto Social e a legislação societária preveem distribuição de dividendos de, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado. Caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações, no final do exercício é registrada provisão no montante do dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido “Dividendo Adicional Proposto”.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	1.457.566	1.196.668
(-) Reserva legal	(72.878)	(59.833)
Lucro líquido do exercício ajustado	1.384.688	1.136.835
Distribuído na forma de JSCP	834.310	633.574
(+) IRRF sobre JSCP	(106.141)	(217.869)
Total distribuído aos acionistas, líquido do imposto de renda	728.169	551.536

		Ações em circulação			
Período	Natureza	Pagamento	(mil)	R\$/ação	Valor deliberado
1T24	JSCP - RCA 14/03/2024	Abril/2024	956.120	0,150290	143.695
2T24	JSCP - RCA 20/06/2024	Julho/2024	956.120	0,155919	149.078
3T24	JSCP - RCA 19/09/2024	Outubro/2024	956.120	0,168760	161.354
4T24	JSCP - RCA 19/12/2024	Janeiro/2025	1.051.732	0,170621	179.447
Total proposta de distribuição 2024			0.645590		633.574
1T25	JSCP - RCA 20/03/2025	Abril/2025	1.009.735	0,187752	189.580
2T25	JSCP - RCA 27/06/2025	Julho/2025	1.000.515	0,203027	203.132
3T25	JSCP - RCA 18/09/2025	Outubro/2025	991.547	0,219726	217.869
4T25	JSCP - RCA 08/12/2025	Janeiro/2026	982.199	0,227784	223.729
Total proposta de distribuição 2025			0.838289		834.310

DEIXE UM LEGADO DE CUIDADO E TRANSFORMAÇÃO

Inclua a Casa de Saúde Menino Jesus de Praga no seu testamento e contribua com a continuidade do acolhimento em saúde de pessoas com deficiências neurológicas graves. Direcione recursos, bens móveis ou imóveis para a instituição referência nacional em cuidado especializado de longa permanência.



Acesse o QR Code e saiba como fazer sua doação planejada.



casadomenino.org.br



CASA DE SAÚDE
MENINO JESUS DE PRAGA

Cuidado pra **toda** vida.

TODESCREDI S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e respectivas Demonstrações Financeiras correspondentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 da Todescredi S/A Crédito, Financiamento e Investimento. Foram intensificadas as operações com as lojas que comercializam os produtos da corporação, tendo os resultados sido atingidos de acordo com o previsto e realidade do mercado. A administração continuou concentrando suas atividades na estruturação da instituição, buscando a melhor rentabilidade dos negócios com o máximo de segurança possível dentro do atual quadro econômico. Permanecemos ao dispor dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Bento Gonçalves, 20 de fevereiro de 2026. A Diretoria

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - Em milhares de reais				
Ativo	Nota	2025	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota
Circulante		457.917	Circulante	
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	875	Passivo Financeiro	7
Disponibilidades		875	Passivo financeiro CA	18
Ativos Financeiros Mensurado	5	456.987	Outras Obrigações	8
Títulos e valores mobiliários	4	21.509	Cobrança e arrecad. de tributos e assemelhados	7
Custo amortizado		481.577	Sociais e estatutárias	3.219
Provisões para perdas esperadas			Fiscais e previdenciárias	721
associadas ao risco de crédito	5.d	(46.099)	Diversas	1.011
Outros Créditos	6	55	Não Circulante	
Diversos		55	Passivo Financeiro	7
Não Circulante		84.099	Passivo financeiro CA	18
Realizável a Longo Prazo		83.818	Outros Passivos	8
Ativos Financeiros	5	83.818	Provisão para Contingências	9
Custo amortizado		90.833	Patrimônio Líquido	10
Provisões para perdas esperadas			Capital:	
associadas ao risco de crédito	5.d	(7.015)	De Domiciliados no País	48.000
Imobilizado		281	Reservas de Lucros	38.597
Total do Ativo		542.016	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	542.016

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Em milhares de reais				
	Capital Realizado	Reserva Legal	Reservas de Lucros	
			Reserva Estatutária	Dividendos Obrig. ã distrib.
Eventos				
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	41.500	4.025	30.589	
Incorp. de dividendos propostos c/mo AGO 16/04/2025	-	-	-	3.687
Adoção Inicial da Resolução 4.966	-	-	-	(3.082)
Lucro Líquido do Período	-	-	-	6.498
Saldos em 30 de Junho de 2025	41.500	4.025	30.589	3.687
Mutações do Semestre	-	-	-	3.687
Saldos em 01 de Julho de 2025	41.500	4.025	30.589	3.687
Aumento de Capital	6.500	-	(6.500)	-
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	6.456
- Destinações:	-	-	-	-
- Reserva Legal	-	647	-	(647)
- Dividendos propostos	-	-	-	(3.077)
- Transferência para Reserva Estatutária	-	-	6.148	(6.148)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	48.000	4.672	30.237	3.687
Mutações do Período	6.500	647	(352)	(3.416)
Saldos em 01 de Janeiro de 2025	41.500	4.025	30.589	-
Aumento de Capital	6.500	-	(6.500)	-
Incorporação de dividendos propostos	-	-	-	3.687
Adoção Inicial da Resolução 4.966	-	-	-	(3.082)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	12.954
- Destinações:	-	-	-	-
- Reserva Legal	-	647	-	(647)
- Dividendos propostos	-	-	-	(3.077)
- Transferência para Reserva Estatutária	-	-	6.148	(6.148)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	48.000	4.672	30.237	3.687
Mutações do Período	6.500	647	(352)	3.687

Demonstração do Resultado Abrangente - Em milhares de reais				
	2º Semestre 2025	2025		
Lucro Líquido do Semestre.....	6.456	12.954		
Resultado Abrangente do Período.....	-	-		
Resultado Abrangente Total.....	6.456	12.954		

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: As operações da Todescredi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Todescredi") são conduzidas no contexto das empresas que fazem parte do Grupo Todeschini, controlado pela Todeschini S.A. ("Grupo"). A Todescredi opera, sobretudo, com crédito consignado para seus funcionários, capital de giro, financiamento para os clientes das lojas exclusivas do Grupo e descontos de recebíveis. 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis: 2.1. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pelas Leis nºs. 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). 2.2. Impactos da Adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021: i. Classificação e mensuração: Ao comparar as classificações e mensurações conforme o padrão contábil vigente até 31 de dezembro de 2024 com as novas diretrizes introduzidas pela Resolução CMN nº 4.966/21 baseadas em modelos de negócios aprovados pelo Conselho de Administração, a Instituição não apurou impactos relevantes em seu patrimônio líquido, conforme demonstrado a seguir: Classificação anterior - Posição em 31/12/2024 Instituição (R\$) Títulos e Valores Mobiliários Mantidos para Negociação 5.800 Total Geral 5.800 Classificação atual Instituição (R\$) Títulos e Valores Mobiliários Valor Justo por Meio do Resultado 21.509 Total Geral 21.509 Perdas esperadas: Na data de transição para a Resolução CMN nº 4.966/21, a Instituição reconheceu uma redução no patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores de aproximadamente R\$ 3.082 (três milhões e oitenta e dois mil reais) já líquida dos efeitos tributários. A redução ocorre substancialmente em consequência da aplicação dos modelos de perdas esperadas e foi reconhecida em contrapartida às reservas de lucros, em 1º de janeiro de 2025. ii. Cessação do reconhecimento de juros (stop accrual): A Resolução CMN nº 2.682/99 previa o reconhecimento de receitas de operações de crédito com parcelas em atraso de até 59 dias. Com a Resolução CMN nº 4.966/21, as receitas são reconhecidas até que o instrumento financeiro seja caracterizado como ativo problemático, o que ocorre em caso de atraso superior a 90 dias ou na ocorrência de eventos de inadimplência (default). iii. Impostos: A Lei nº 14.467, de 17 de novembro de 2022 (resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.128/22), estabeleceu um novo tratamento tributário para as perdas associadas ao não recebimento de créditos por instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. A mudança objetiva alinhar os tratamentos contábil e fiscal, mitigando riscos relacionados à realização de ativos fiscais diferidos. As perdas incorridas apuradas até 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas ou recuperadas até essa data, deverão ser excluídas do lucro líquido para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL (a razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) por mês, a partir de janeiro de 2026, podendo esse prazo se estender até 1/120 (um cento e vinte avos), conforme o caso. As projeções fiscais utilizadas para a avaliação da realização dos ativos fiscais diferidos já consideram tanto os efeitos da Resolução CMN nº 4.966/21 quanto os critérios previstos na Lei nº 14.467. Cifras comparativas: Em conformidade com o disposto no art. 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021, as instituições financeiras estão dispensadas da apresentação de informações comparativas nas demonstrações financeiras de 2025 com relação a exercícios anteriores. Assim, os quadros e notas explicativas elaborados com base nas normas contábeis anteriores a 31 de dezembro de 2024 não estão sendo reproduzidos neste conjunto de demonstrações financeiras. 2.3. Descrição das principais políticas contábeis adotadas: (a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. (b) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos: Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os modelos de negócios e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos conforme a Resolução CMN nº 4.966/2021. • Ativos financeiros ao custo amortizado (CA): O ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é receber os respectivos fluxos de caixa contratuais. Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas específicas. • Valor justo em outros resultados abrangentes ("VJORA"): O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas específicas. • Valor justo no resultado ("VJR"): Operações que sejam geridas dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja gerar retorno somente pela venda. Operações que não se enquadram nas categorias anteriores ("categoria residual"). (c) Apuração do resultado: O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. As receitas com taxas prefixadas são registradas pelo valor final, e as despesas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. (d) Operações de Crédito: Estão atualizadas e demonstradas pelo valor principal, acrescidas dos rendimentos e encargos decorridos até as datas dos balanços patrimoniais. As rendas de operações ativas são apropriadas pro rata dia. Conforme

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Em milhares de reais

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Em milhares de reais				
	2º Semestre de 2025	2025		
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:	11.155	22.128		
Lucro Líquido antes do IRPJ e CSLL				
Ajustes para Reconciliar o Lucro Líquido ao Caixa Líquido proveniente de Atividades Operacionais	17.011	33.446		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	17.148	32.917		
Participações a Pagar	(124)	(142)		
Provisão para Pagamentos a Efetuar	(32)	31		
Reversão de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos	-	3.687		
Depreciações e Amortizações	19	35		
Ajuste de impacto da provisão referente a Resolução 4.966	-	(3.082)		
Lucro Líquido Ajustado	28.166	55.574		
Varição de Ativos e Obrigações	(58.668)	(122.235)		
Redução (Aumento) em Títulos e valores mobiliários	(12.282)	(15.709)		
Redução (Aumento) em Operações de Crédito	(44.316)	(96.793)		
Redução (Aumento) em Outros Créditos	3.506	(43)		
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	(1.001)	(658)		
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(4.575)	(9.032)		
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	(30.502)	(66.661)		
Aplicação no Imobilizado	(205)	(228)		
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimentos	(205)	(228)		
Fluxo de Caixa nas Atividades de Financiamentos:				
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites Cambiais	34.254	68.024		
Dividendos propostos	(3.077)	(3.077)		
Caixa Liq. Proveniente de Atividades de Financiamentos	31.177	64.947		
Aumento/(Redução) das Disponibilidades	470	(1.942)		
Modificações em	405	2.817		
Disponibilidades	875	875		
Líquidas	470	(1.942)		

Demonstração do Resultado - Em milhares de reais				
	2º Semestre de 2025	2025		
Receitas de Intermediação Financeira	11.a	68.986	127.082	
Rendas de Operações de Crédito		66.898	121.742	
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		1.271	3.546	
Rendas de Títulos de Renda Fixa	4.a	817	1.794	
Despesas da Intermediação Financeira	(50.897)	(92.217)		
Operações de Captação no Mercado	11.b	(33.749)	(59.300)	
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa		(17.148)	(32.917)	
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	18.089	34.865		
Outras (Despesas)/receitas Operacionais	(6.934)	(12.737)		
Despesas de Pessoal	12.a	(1.715)	(3.307)	
Outras Despesas Administrativas	12.b	(3.182)	(5.986)	
Despesas Tributárias	13	(1.592)	(3.009)	
Despesas de Provisões de Contingências	14	(135)	(145)	
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	15	(310)	(290)	
Lucro antes da Provisão do Imposto de Renda e da Contribuição Social		11.155	22.128	
IR e Contribuição Social - Valores Correntes	16	(4.575)	(9.032)	
Lucro Antes da Participação dos Empregados		6.580	13.096	
Participação nos lucros		(124)	(142)	
Lucro Líquido do Semestre		6.456	12.954	
Resultado por ação - R\$ (Em lotes de mil)	17	13,45	26,99	

Composição da carteira por seus respectivos vencimentos:

Vencimento	2025	Vencidas:	2025
A vencer:			
Até 14 dias	30.070	De 15 a 30 dias	8.188
De 15 a 30 dias	37.053	De 31 a 60 dias	3.578
De 31 a 60 dias	63.913	De 61 a 90 dias	4.377
De 61 a 90 dias	52.468	De 91 a 120 dias	3.964
De 91 a 180 dias	117.869	De 121 a 150 dias	2.657
De 181 a 570 dias	209.336	De 151 a 180 dias	2.333
Acima de 571 dias	19.769	De 181 a 570 dias	14.328
Total a vencer	530.478	Total vencidas	41.332
		Total carteira	572.410

(c) Movimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão constituída na forma indicada na nota explicativa nº 5.a apresentou a seguinte movimentação no período:

	2025		2025
Saldo no início do período (A)	28.812		
Constituição	32.917		
Efeito no resultado (B)	32.917		
Créditos de liquid. duvidosa baixados a débito de provisão (C)	8.615		
Saldo no fim do período (A + B - C)	53.114		
Créditos recuperados (D)	(3.546)		
Efeito líquido no resultado (B - D)	29.371		

Carteira	Provisão para Perdas Incorridas (anexo I)	Provisão Adicional para Perdas Esperadas (anexo II)	Total das Provisões
C5	33.655	19.459	53.114
Total Geral	33.655	19.459	53.114

6. Outros créditos: Adiantamento e antecipações (i) Devedores diversos (ii) Total Circulante Não Circulante (i) O saldo de adiantamentos e antecipações de nossa conta compreende os adiantamentos concedidos a funcionários com o respectivo desconto em folha de pagamento, adiantamentos sobre férias e abonos a serem descontados no mês subsequente e adiantamentos a fornecedores. (ii) O saldo de devedores diversos refere-se, sobretudo, a valores de depósitos judiciais. 7. Recursos de aceites cambiais: Saldos referem-se a letras de câmbio captadas junto às empresas Todeschini S.A. Indústria e Comércio, Fundação Todeschini, Italcinea Indústria de Móveis Ltda, TDS Franqueadora Ltda e de Acionistas. As captações foram pactuadas em 103% do CDI para as empresas e 115% do CDI para os Acionistas. Seguem informações sobre os prazos relativos aos vencimentos das operações até 06.04.2029.

A vencer	2025
Até 90 dias	-
De 91 a 365 dias	67.222
Após 365 dias	383.084
Total	450.306
Pessoas Físicas	52.450
Pessoas Jurídicas	397.856
Total	450.306
Total circulante	67.222
Total não circulante	383.084

8. Outras obrigações: (a) Fiscais e previdenciárias, sociais e estatutárias e cobrança e arrecadação de tributos

	2025
IOF a recolher	7
Dividendos (Nota 10.c)	3.077
Provisão para participações nos lucros	37
Provisão para administradores	105
Impostos e contribuições sobre o lucro	317
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	96
Impostos e contribuições sobre salários	155
Provisão para contingências (Nota 9)	293
Outros impostos	293
Total	4.147
Circulante	3.902
Não Circulante	155
Diversas:	2025
Despesas de pessoal (i)	345
Credores diversos (ii)	666
Total	1.011
Circulante	1.011

(i) Saldo referente a provisão de férias e 13º salário e respectivos encargos e provisão para gratificações. (ii) Valores a liberar referente a financiamentos aprovados, sem efetivação da liberação do recurso dentro do mês vigente. 9. Provisões: A Todescredi é parte envolvida em processos civis e trabalhistas e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Em 31 de dezembro de 2025, as provisões para contingências civis foram reconhecidas no montante de R\$155. Os processos classificados como perda possível montam a R\$ 8.546 em dezembro de 2025, conforme estimativa feita pelos assessores jurídicos e revisada pela administração da Todescredi. 10. Patrimônio líquido: (a) Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 48.000 e é composto por 480.000 ações ordinárias nominativas, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas Todeschini Participações Ltda. (99,99%) e Jolo S.A. Participações Societárias (0,01%).

Ações em circul. em 31/12/2025	Quant. Ações Ordin.	Valor Ações Ordin.	Subsc. Ordin.	Subsc.
	480.000		48.000	

(b) Reservas: Reservas de lucros: • Legal: É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. • Estatutária: É constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral. c) Dividendos obrigatórios: A Todescredi destina, ao final de cada exercício, o valor de 25% do lucro líquido acumulado do ano, descontando o valor da Reserva Legal, a título de Dividendos Obrigatórios, que ficam à disposição dos acionistas.

	2025
Lucro líquido do exercício	12.954
(-) Reserva legal (5%)	(647)
Lucro básico para determinação de dividendos	12.307
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	3.077
Dividendos a disposição da Assembleia	3.077

11. Receitas e despesas da intermediação financeira: A receita de juros é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva, que considera os fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa que iguala o valor presente ao valor contábil do ativo no reconhecimento inicial, ajustado por custos e receitas diretamente atribuíveis. Apresentamos abaixo a composição das receitas e despesas da intermediação financeira:

(a) Operações de crédito	2025
Empréstimos	1.203
Financiamentos CDC e Cessão	120.539
Rendas de Títulos de Renda Fixa (Nota 4.a)	1.794
Recuperação de créditos em prejuízo	3.546
Total	127.082
(b) Operações de captação no mercado	2025
Despesas de aceites cambiais (i)	58.617
Despesas de contribuição ao FGC	688
Total	59.300

(i) Despesas referentes às captações através de letras de câmbio firmadas junto às partes relacionadas, remuneradas em 103% do CDI e 115% do CDI. Vide Nota 18 (a).

12. Despesas de pessoal e outras despesas administrativas:

(a) Despesas de pessoal	2025
Proventos	(2.332)
Encargos sociais	(613)
Benefícios	(336)
Estagiários	(4)
Treinamento	(22)
Total	(3.307)
(b) Outras despesas administrativas, por natureza	2025
Aluguéis	(4)
Comunicações	(155)
Despesa de veículos	(6)
Despesa de material	(15)
Processamento de dados	(2.838)
Publicações	(43)
Brindes	(5)
Despesa de Seguros	(3)
Despesas bancárias	(386)
Serviços técnicos especializados	(2.470)
Viagens	(6)
Depreciações e amortizações	(35)
Outras despesas administrativas	(20)
Total	(5.986)

13. Despesas tributárias: No semestre findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo refere-se basicamente as despesas de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) no montante de R\$3.009.

14. Despesas de Provisão de Contingências: O saldo refere-se a despesa de provisão de contingência civis (em dezembro de 2025) efetuada através de cálculo de liquidação de sentença.

15. Outras receitas e despesas operacionais	2025
Outras receitas operacionais	475
Reversão de Provisão de Contingência	477
Outras receitas operacionais (a)	522
Outras despesas operacionais	2025
Custas processuais	(17)
Ações indenizatórias	(105)
Agências de cobrança	(136)
Donativos Culturais	(260)
Honorários advocatícios	(280)
Outras despesas	(14)
Outras despesas operacionais (b)	(812)
Total outras receitas / (despesas) operacionais (a-b)	(29

>>> Continuação

de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos, adequando processos e rotinas às modalidades operacionais. I - Risco de Crédito – As políticas de gestão de risco de crédito baseiam-se em critérios de classificação de clientes, análise da evolução da carteira e níveis de inadimplência. Para proteger a instituição de perdas decorrentes de operações de crédito, a Todescredi constitui provisões para perdas de crédito para cada operação, considerando a classificação do cliente e condição de atraso da operação. II - Risco de Liquidez – A política de gestão do risco de liquidez visa a assegurar que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos do banco estejam continuamente avaliados. Estabelece ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O frequente acompanhamento visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas. III - Risco de Mercado – O Grupo emprega uma política conservadora no gerenciamento do risco de mercado, supervisionando e controlando de forma eficaz cada fator, para identificar e quantificar as volatilidades e correlações que venham impactar a dinâmica de preços dos seus itens patrimoniais. IV - Risco Operacional – O Grupo atua na identificação preventiva dos riscos, implementando controles que permitam a melhoria contínua dos processos, a maximização da eficiência no uso do capital

Todescredi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento - CNPJ 09.473.806/0001-71

e na escolha das oportunidades de negócios.

22. Limite operacional (Acordo da Basileia): Em maio/2019 a Diretoria da Todescredi S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento aprovou a alteração da segmentação de “S4” para “S5”. Essa alteração implicou na mudança do cálculo do requerimento de capital para cobertura de riscos e no índice de Basileia, que passaram a ser calculados de forma simplificada. Em conformidade com o art. 21, da Resolução nº 4.606/17 do CMN, os relatórios de gerenciamento de riscos encontram-se na sede da Instituição:

SEGMENTAÇÃO S5	2025
Risco de crédito (RwaRCsimp)	413.869
Risco operacional (RwaROSimp)	17.208
Ativos Ponderados pelo Risco de forma Simplificada (RwaSimp)	431.077
Patrimônio de Referência Simplificado (PRs5)	88.908
Patrimônio de Referência mínimo requerido	73.283
Margem para o limite de Basileia	15.625
Índice de Basileia	17,57%

Diretoria: João Farina Neto - Diretor Administrativo •

Virginia Jaqueline Farina - Diretora Financeira Operacional •

Juliano Lazzarotto - Diretor •

Contador - Jaime Luiz Prux Junior - CRC/RS 042102

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Todescredi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento**. Bento Gonçalves - RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Todescredi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre/exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Todescredi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre/exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos atenção a nota 2.2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando, a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do semestre findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outros assuntos:** **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre (RS), 20 de fevereiro de 2026.

PAULO ALBERTO MACHADO - Contador CRC (SC) nº 035.797/O-8 •

MURILO CÉSAR KLEIN - Contador CRC (SC) nº 030.755/O-5 •

MARTINELLI AUDITORES - CRC (SC) nº 001.132/O-9

Jornal do Comércio

O CONTEÚDO QUE FAZ A DIFERENÇA NO SEU DIA A DIA.

Escaneie o QRCode e acesse o canal do JC